

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA: O PARECERISTA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO INOVADORA E DE TECNOLOGIAS EMERGENTES

**SCIENTIFIC PUBLISHING: THE REVIEWER IN THE CONTEXT OF
INNOVATIVE RESEARCH OUTPUTS AND EMERGING TECHNOLOGIES**

Ciências Sociais Aplicadas • 28/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790541750](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790541750)

Juarez Clementino da Silva Junior¹

RESUMO

A diversificação dos gêneros científicos, a expansão da pesquisa interdisciplinar, o desenvolvimento de tecnologias emergentes, o uso de inteligência artificial e as mudanças nos sistemas de avaliação impõem novas exigências aos pareceristas. Este artigo oferece referência teórico-prática para avaliadores iniciantes e experientes. Adota abordagem teórico-reflexiva e documental, baseada em ética editorial, literatura brasileira, interdisciplinaridade, tecnologias emergentes, políticas de inteligência artificial e normas da CAPES e do CNPq. Sustenta que o rigor deve permanecer estável como princípio, mas variar conforme o gênero, o objetivo, o campo, a maturidade do objeto e o risco das conclusões. Argumenta que a originalidade pode ser parcial, metodológica, tecnológica, interpretativa ou aplicada; que a citação responsável não deve apagar a voz autoral; e que artigos, ensaios, relatos, protocolos, métodos, artefatos e perspectivas não devem ser avaliados como teses incompletas. Discute o ambiente pós-Qualis e propõe uma matriz contextual e um protocolo para pareceres transparentes, construtivos e acionáveis.

Palavras-chave: avaliação por pares; publicação científica; inovação; tecnologias emergentes; inteligência artificial; avaliação da pesquisa.

ABSTRACT

The diversification of scholarly genres, the expansion of interdisciplinary research, the development of emerging technologies, the use of artificial intelligence, and changes in research assessment impose new demands on peer reviewers. This article offers a theoretical and practical reference for novice and experienced reviewers. It adopts a theoretical-reflective and documentary approach grounded in publication ethics, Brazilian scholarship, interdisciplinarity, emerging technologies, artificial

intelligence policies, and CAPES and CNPq regulations. It argues that rigor should remain stable as a principle but vary according to genre, purpose, field, object maturity, and the risk of the conclusions. Originality may be partial, methodological, technological, interpretive, or applied; responsible citation should not erase authorial voice; and articles, essays, reports, protocols, methods, artifacts, and perspectives should not be assessed as incomplete theses. The article discusses the post-Qualis environment, the reciprocal choices between authors and journals, and the risks of disproportionate reviews. It proposes a contextual matrix and a protocol for transparent, constructive, and actionable reviews.

Keywords: peer review; scientific publishing; innovation; emerging technologies; artificial intelligence; research assessment.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação por pares ocupa posição central na comunicação científica: subsidia decisões editoriais, aperfeiçoa manuscritos e protege padrões de confiabilidade e integridade. Ela, contudo, não é infalível nem homogênea. Estudos brasileiros mostram que a redação de pareceres é pouco ensinada e permanece sujeita a vieses, assimetrias de poder, critérios heterogêneos e sobrecarga (Campos, 2026; Patrus; Dantas; Shigaki, 2016; Cruz et al., 2022). Sua legitimidade depende, portanto, de competência técnica, proporcionalidade e qualidade ética.

As diretrizes do Committee on Publication Ethics recomendam pareceres objetivos, imparciais, claros, úteis e construtivos, com preservação da confidencialidade e declaração de conflitos (COPE, 2017). A leitura integral, a separação entre falhas centrais e ajustes secundários e a formulação de comentários verificáveis e acionáveis

são igualmente necessárias (COPE, 2017). Esses princípios precisam ser aplicados de modo contextual, especialmente diante da diversidade de gêneros e da interdisciplinaridade.

Em inovação, tecnologias emergentes e inteligência artificial, a literatura pode ser recente, fragmentada e distribuída entre periódicos, preprints, normas, documentação técnica, códigos e relatórios. Paralelamente, o ciclo 2025–2028 da avaliação brasileira desloca parte do foco para os artigos individuais, combinando indicadores do veículo, métricas do artigo e análise qualitativa (CAPES, 2026). Este artigo oferece uma referência teórico-prática para pareceristas e sustenta que o rigor deve permanecer estável como princípio, mas variar conforme o gênero, o objetivo, o campo, a maturidade do objeto e o risco das conclusões.

2. PERCURSO TEÓRICO-REFLEXIVO

Este estudo é teórico-reflexivo e propositivo. A argumentação resulta de análise documental e narrativa de fontes selecionadas por autoridade institucional, pertinência conceitual e atualidade, incluindo diretrizes de ética editorial, literatura brasileira sobre avaliação por pares, tipologias de publicação, políticas de inteligência artificial, normas de CAPES e CNPq e estudos sobre ciência aberta.

Não se trata de revisão sistemática nem de levantamento exaustivo. A seleção foi guiada pelo problema de como avaliar trabalhos inovadores e interdisciplinares sem impor um modelo epistêmico único. O termo parecerista é compreendido em sentido situado: o avaliador de periódico exerce função distinta da de editor, membro de banca, consultor de fomento ou comissão de avaliação.

3. O PARECER COMO JUÍZO CONTEXTUAL E RESPONSÁVEL

Um bom parecer começa pela reconstrução justa da promessa do manuscrito: pergunta, percurso, resultados e contribuição. Em seguida, verifica a adequação ao escopo do periódico, ao gênero e às convenções do campo; examina a suficiência da evidência ou da argumentação; e formula uma recomendação proporcional. Essa sequência evita a crítica por substituição, que rejeita o artigo existente porque o avaliador preferiria outro, e a crítica maximalista, que exige um novo estudo.

A literatura brasileira associa o parecer tanto ao controle de qualidade quanto à produção de autoridade e assimetrias de poder. Patrus, Dantas e Shigaki (2016) destacam os riscos de anonimato, prestígio e seleção sem critérios claros; Campos (2026) recomenda avaliações fiéis, qualificadas e corteses, que reconheçam méritos, expliquem insuficiências e não introduzam exigências novas a cada rodada. O rigor não é sinônimo de hostilidade.

A proporcionalidade distingue falhas fatais, problemas maiores, problemas menores e preferências pessoais. As duas primeiras podem justificar rejeição ou revisão substancial; a terceira requer ajustes de clareza e precisão; a quarta não deve virar obrigação. Assim, o rigor contextual não é relativismo: cada gênero precisa demonstrar aquilo que promete, sem ser convertido em tese incompleta.

4. DIVERSIDADE DAS PUBLICAÇÕES E INADEQUAÇÃO DO “MODELO-TESE”

Templates organizam a comunicação, mas não determinam uma única lógica de conhecimento. A ABNT NBR 6022:2018 estabelece

princípios gerais sem eliminar as instruções específicas de cada periódico (Abnt, 2018). Tipologias editoriais reconhecem pesquisa original, revisão, relato de caso, análise conceitual, métodos, protocolo, perspectiva, dados, tecnologia e código (FRONTIERS, [s. d.]).

A diversidade exige critérios nucleares diferentes. Bispo (2023) distingue contribuições teóricas, práticas, metodológicas e didáticas; Meneghetti (2011) mostra que o ensaio teórico pode ser original pela argumentação, pelo recorte ou pela abordagem; Motta (2022) caracteriza o artigo tecnológico pela solução, utilidade, novidade e público acadêmico. O artigo empírico tradicional é apenas uma espécie dentro desse conjunto.

O “modelo-tese” surge quando exigências máximas da formação doutoral são usadas como régua universal. A suficiência deve substituir a exaustividade: a bibliografia precisa delimitar o problema, situar a contribuição e sustentar conceitos e métodos; o percurso precisa permitir compreender como as conclusões foram alcançadas. Exigir cobertura enciclopédica, amostras ou resultados empíricos de gêneros que não os prometem distorce a avaliação.

Quadro 1. Exemplos de gêneros e critérios nucleares de avaliação

Gênero ou produto	Promessa predominante	Critérios nucleares	Exigência inadequada frequente
Artigo empírico	Produzir evidência sobre questão delimitada	Adequação do desenho, qualidade dos dados, análise e correspondência	Exigir cobertura enciclopédica do campo

		entre evidência e conclusão	
Ensaio teórico	Propor interpretação, conceito, articulação ou crítica	Coerência, interlocução suficiente, potência explicativa e posição autoral	Cobrar amostra ou seção de resultados como se fosse estudo empírico
Revisão sistemática	Sintetizar evidência por protocolo explícito	Pergunta, estratégia de busca, critérios, avaliação e síntese reproduzíveis	Aceitar narrativa impressionista apenas por possuir muitas referências
Revisão narrativa ou estado da arte	Organizar criticamente um campo	Recorte justificado, representatividade, síntese e interpretação	Exigir protocolo idêntico ao de revisão sistemática quando não prometido
Relato de caso ou experiência	Documentar situação singular instrutiva	Contextualização, descrição, relevância, limites e transferibilidade analítica	Rejeitar por ausência de generalização estatística
Artigo metodológico	Criar, adaptar ou ensinar método	Necessidade, fundamento, descrição, demonstração e limites	Exigir descoberta empírica independente do avanço metodológico
Artigo tecnológico	Apresentar artefato ou solução cientificamente sustentada	Problema, fundamento, arquitetura, teste, utilidade, limitações e possibilidade de extensão	Avaliar apenas a novidade teórica abstrata

Protocolo ou <i>registered report</i>	Tornar auditável uma pesquisa prospectiva	Justificativa, completude, antecipação analítica e viabilidade	Cobrar resultados ainda não produzidos
Perspectiva, comentário ou opinião acadêmica	Intervir qualificadamente em debate	Tese clara, base suficiente, relevância e reconhecimento de objeções	Exigir exaustividade bibliográfica de tese
Relatório de dados, software ou código	Disponibilizar recurso reutilizável	Documentação, proveniência, qualidade, acesso, licença, validação e manutenção	Tratar o recurso como apêndice de um artigo convencional

Fonte: elaboração própria, com base em Bispo (2023), Meneghetti (2011), Motta (2022) e nas tipologias editoriais consultadas (FRONTIERS, [s. d.]).

5. ORIGINALIDADE PARCIAL, CONTRIBUIÇÃO E VOZ AUTORAL

Originalidade não equivale a ruptura absoluta nem a declaração retórica. Ela pode residir no objeto, nos dados, no método, na combinação conceitual, na interpretação, na aplicação, no contexto, na validação, na síntese, na taxonomia, no artefato ou no resultado negativo. Pode ser incremental, recombinate, contextual, metodológica, tecnológica ou interpretativa, desde que a contribuição seja identificável e sustentada.

A pergunta adequada não é se tudo no artigo jamais foi dito, mas onde está a contribuição, qual é seu grau e o que ela permite compreender, verificar ou realizar. O parecerista deve ajudar a tornar

essa resposta explícita, sem exigir que todas as partes do manuscrito sejam igualmente novas.

5.1. Citar Fontes Sem Apagar o Pensamento Próprio

A ética da citação exige atribuir ideias, dados, métodos, resultados, interpretações e formulações de terceiros. Paráfrase não transforma ideia alheia em propriedade do redator; conhecimento comum só dispensa referência quando é realmente compartilhado no campo (Harvard College Writing Program, [s. d.]). Citações devem representar a posição da fonte com fidelidade e não funcionar como decoração.

A autoria também se manifesta em delimitar, comparar, relacionar, classificar, inferir, problematizar e propor. Estudos sobre voz autoral mostram que escritores iniciantes podem deixar a elaboração própria abafada por construções centradas nas fontes (Liu; Xin; Chen, 2025). O equilíbrio consiste em tornar rastreáveis as premissas e visível a inferência do autor.

Quadro 2. Citação, voz própria e rastreabilidade

Situação textual	Tratamento recomendado	Risco a evitar
Conceito, dado, método, resultado ou interpretação de terceiro	Citar a fonte pertinente e representar sua posição com fidelidade	Apropriação intelectual ou citação decorativa
Formulação textual distintiva	Usar citação direta e referência, conforme a norma	Paráfrase superficial que preserva estrutura alheia

Conhecimento comum no campo	Pode dispensar citação, se realmente compartilhado pelo público especializado	Presumir como comum uma afirmação controversa
Síntese de várias fontes	Citar as fontes que formam a base e explicitar o princípio de síntese	Encadear resumos sem produzir integração
Inferência própria apoiada nas fontes	Apresentar em voz autoral e manter próximas as referências que sustentam as premissas	Atribuir a conclusão a quem não a formulou ou omitir a base
Observação empírica do estudo	Relacionar ao método, aos dados e aos limites	Tratar impressão pessoal como resultado
Reflexão ou proposição do autor	Marcar sua condição argumentativa e confrontá-la com objeções e evidências	Apresentá-la como verdade consensual

Fonte: elaboração própria.

6. REDAÇÃO CIENTÍFICA EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS EMERGENTES

Em tecnologias emergentes, atualidade e consolidação nem sempre coincidem. A redação deve definir a tecnologia, indicar versão ou estágio de maturidade, situar o contexto de uso, explicitar incertezas e distinguir fato, previsão, promessa comercial e interpretação. A literatura cinzenta pode ser pertinente quando acompanha práticas e regulações mais rapidamente que os periódicos, mas deve ser validada por autoria, data, versão, método, conflitos e triangulação (Marabelli et al., 2026).

A interdisciplinaridade amplia o risco de inadequação, pois avaliadores podem transferir critérios de uma área para outra. O avaliador deve reconhecer os limites da própria competência, solicitar traduções conceituais quando necessário e evitar transformar critérios de uma área em regra universal.

A ciência aberta associa qualidade e integridade a transparência, escrutínio, equidade, inclusão, flexibilidade e sustentabilidade (Unesco, 2021). Flexibilidade não significa ausência de rigor: dados pessoais, segredos industriais, riscos de segurança e propriedade intelectual podem limitar a abertura, desde que as limitações sejam justificadas.

7. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO E NA AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Inteligência artificial pode ser objeto, método, auxílio de programação, ferramenta de busca, tradução, redação, produção de imagem ou recurso de avaliação. Ferramentas de IA não são autoras porque não assumem responsabilidade, não declaram conflitos, não aprovam a versão final nem administram direitos (COPE, 2023). A responsabilidade humana permanece integral, e usos substantivos devem ser declarados e descritos quando integram a pesquisa.

Políticas editoriais exigem supervisão humana, verificação de precisão, autenticidade das referências, proteção de dados e transparência sobre ferramenta, finalidade e extensão do uso (Elsevier, [s. d.]). A Política de Integridade do CNPq exige rigor, objetividade, imparcialidade, sigilo e urbanidade; para IA generativa, requer declaração, mantém a responsabilidade dos autores e veda

inserir projetos de terceiros em ferramentas para elaborar pareceres (CNPq, 2026).

Detectores automáticos não constituem prova autossuficiente. Liang et al. (2023) identificaram classificações indevidas de textos de não nativos em inglês, e estudos posteriores descrevem falsos positivos e resultados sensíveis a gênero, extensão, perfil linguístico e alterações textuais (Hadra; Cambridge; Mesbah, 2026). A avaliação deve concentrar-se em inconsistências verificáveis, não em impressões estilísticas.

Para o parecerista, manuscritos são documentos confidenciais e podem conter ideias inéditas, dados pessoais e segredos comerciais. O uso de ferramenta externa só é aceitável quando autorizado e protegido. A IA pode auxiliar tarefas limitadas, mas não pode decidir mérito, originalidade, relevância, proporcionalidade ou responsabilidade ética.

Quadro 3. Avaliação do uso de inteligência artificial

Plano de uso	Questões para o parecerista	Evidências desejáveis
IA como objeto	O sistema, a versão, os dados e o contexto estão definidos?	Data, versão, parâmetros, tarefas, limites e condições de acesso
IA como método	O emprego é reproduzível e adequado à pergunta?	Descrição do fluxo, validação, supervisão, métricas e tratamento de erros
IA na redação	A política exige declaração? O texto e as fontes foram verificados?	Declaração proporcional, responsabilidade humana e referências autênticas

IA em imagem ou dado sintético	Há identificação, proveniência e avaliação de risco?	Ferramenta, finalidade, parâmetros relevantes, distinção do material real
IA pelo parecerista	O uso é permitido pela norma aplicável e preserva confidencialidade?	Autorização institucional, ambiente protegido, declaração e revisão humana integral
Detector de IA	O resultado é tratado apenas como indício?	Verificação independente, possibilidade de explicação e decisão editorial humana

Fonte: elaboração própria, com base nas diretrizes, na norma brasileira e nos estudos consultados (COPE, 2023; Elsevier, [s. d.]; CNPq, 2026; Liang et al., 2023; Hadra; Cambridge; Mesbah, 2026).

8. O MERCADO DE PUBLICAÇÃO PÓS-QUALIS

O mercado de publicação reúne periódicos, editoras, indexadores, universidades, agências, autores, pareceristas e prestadores de serviços. No Brasil, o Qualis historicamente classificou veículos; para 2025–2028, a CAPES prevê maior atenção aos artigos publicados, combinando indicadores, citações e análise qualitativa (CAPES, 2026). A realidade pós-Qualis não é o desaparecimento da avaliação, mas a disputa por critérios mais diretamente relacionados ao artigo e à sua contribuição.

“Para o Quadriênio 2025-2028, o processo avaliativo passará a focar na classificação dos artigos publicados e não mais no periódico onde o texto foi divulgado. Com isso, artigos diferentes publicados em um mesmo periódico poderão ter classificações diferentes” (CAPES, 2026, p. 41). A mudança não extingue periódicos ou métricas, mas reduz o uso do estrato do veículo como atalho dominante e converge parcialmente com a recomendação da DORA (2012).

Esse cenário também desloca a imagem de que somente as revistas selecionam os autores. O mercado é bilateral: autores escolhem onde submeter, e revistas competem para atrair manuscritos relevantes, autores qualificados e contribuições capazes de fortalecer seu escopo, sua circulação e sua reputação. Na escolha, os autores consideram público, indexação, aderência temática, qualidade e prazo da revisão, transparência editorial, custos, políticas de acesso aberto, idioma, dados e possibilidade de reconhecimento do artigo individual.

O “embarreiramento” aparece quando regras legítimas de seleção se convertem em obstáculos opacos, excessivos ou desproporcionais: filas indefinidas, critérios instáveis, exigência de citações sem pertinência, rejeição de gêneros não convencionais, taxas inacessíveis ou pareceres que deslocam o manuscrito para outro problema. Nem toda seletividade é barreira; a distinção depende da clareza, da pertinência, da proporcionalidade e da possibilidade de o autor compreender a decisão e escolher alternativas.

O deslocamento para o artigo individual pode favorecer reconhecimento substantivo, mas também remodelar incentivos perversos. Trueblood et al. (2025) descrevem o desalinhamento entre disseminar conhecimento e estabelecer credenciais, incluindo pressão por volume, citações, novidade sensacionalista e taxas de acesso aberto. Autores passam a ter mais razões para comparar veículos, e revistas passam a ter mais razões para oferecer processos confiáveis, céleres e intelectualmente hospitaleiros.

Periódicos nacionais e infraestruturas abertas continuam estratégicos para a visibilidade e a comunicação da pesquisa (Packer, 2011). O ecossistema SciELO amplia a circulação para artigos, preprints, dados, livros e pareceres (SciELO, 2023). Nesse ambiente competitivo, qualidade editorial depende de escopo claro, prazos razoáveis, decisões consistentes, revisão competente, circulação efetiva e capacidade de explicar por que um manuscrito não se ajusta ao veículo.

O parecerista interfere diretamente nessa relação. Um avaliador descolado da realidade do campo pode transformar preferência pessoal em regra, exigir o desenho de outro estudo, tratar inovação como deficiência, confundir ausência de generalização com ausência de valor ou impor o modelo de uma tese a um artigo de outro gênero. O resultado não é apenas prejuízo ao autor: são atrasos, retrabalho, desistência, perda de confiança e migração de bons manuscritos para revistas concorrentes.

Exigir novidade sensacional, citações autorreferentes ou rodadas indefinidas alimenta métricas artificiais e produz um passivo editorial. Pareceres rigorosos, específicos e construtivos agregam valor mesmo quando recomendam rejeição; pareceres hostis,

arbitrários ou obstrutivos tornam-se risco para a própria revista (Campos, 2026; Cruz et al., 2022). No pós-Qualis, selecionar bem significa também ser escolhido: a autoridade sustentável depende da experiência que o periódico oferece aos autores.

9. MATRIZ CONTEXTUAL DE AVALIAÇÃO

A matriz proposta organiza o julgamento em duas passagens: primeiro, gênero, objetivo, contribuição e público; depois, método ou percurso, fontes, integridade, comunicação e relevância. Ela não é formulário universal nem sistema de pontuação. Seu objetivo é impedir que extensão, número de referências, novidade retórica, fator de impacto ou familiaridade disciplinar substituam a leitura contextual.

Quadro 4. Matriz contextual para avaliação de manuscritos

Dimensão	Pergunta orientadora	Evidência esperada	Erro a evitar
Gênero	Que tipo de manuscrito está sendo avaliado?	Correspondência entre promessa, estrutura e convenções do gênero	Tratar todos os textos como pesquisa empírica extensa
Objetivo	O texto cumpre o que declara?	Coerência entre problema, percurso, resultados e conclusão	Exigir objetivos que o autor não propôs
Contribuição	Onde está o acréscimo científico, tecnológico,	Novidade identificável e sustentada, ainda que parcial	Exigir ruptura absoluta ou aceitar novidade apenas declarada

	didático ou social?		
Referencial	A bibliografia é suficiente, pertinente e atual?	Fontes seminais e recentes em proporção à promessa	Confundir quantidade de citações com densidade intelectual
Voz autoral	Heranças e elaborações próprias estão distinguíveis?	Atribuição rastreável e inferências assumidas pelo autor	Exigir “segundo fulano” em toda frase ou tolerar apropriação
Método ou percurso	A forma de prova é adequada ao gênero e ao risco?	Procedimentos auditáveis ou argumentação conceitual consistente	Transferir critérios experimentais a qualquer gênero
Fontes emergentes	Fontes técnicas e cinzentas foram criticamente avaliadas?	Autoridade, data, versão, método, conflito e triangulação	Rejeitá-las por categoria ou aceitá-las sem validação
Interdisciplinaridade	Há tradução suficiente entre campos?	Definições, integração e combinação de competências	Impor uma disciplina como árbitro universal
Inteligência artificial	O uso é transparente, seguro e verificável?	Declaração proporcional, supervisão e fontes autênticas	Presumir fraude por estilo ou delegar o parecer à IA
Ética e integridade	Os requisitos aplicáveis foram cumpridos?	Consentimento, direitos, conflitos, licenças e responsabilidade	Criar exigências irrelevantes ou ignorar riscos reais
Relevância	Qual problema científico, tecnológico ou	Relação clara entre	Confundir baixa citação prevista

	social é enfrentado?	contribuição, público e contexto	com baixa importância
Comunicação	O leitor consegue examinar e utilizar a contribuição?	Clareza, organização, tabelas e terminologia funcional	Transformar preferência estilística em critério de validade
Recomendação	As correções são necessárias e realizáveis?	Comentários priorizados, justificados e específicos	Pedir outro artigo, outra tese ou a agenda do parecerista

Fonte: elaboração própria.

10. PROTOCOLO PARA ELABORAR UM PARECER ÚTIL

Um parecer construtivo pode conter cinco movimentos: síntese fiel do manuscrito; reconhecimento de méritos; questões maiores ordenadas por impacto; questões menores de clareza e apresentação; e recomendação coerente ao editor. A síntese demonstra compreensão e permite verificar se a mensagem foi comunicada.

Cada questão maior deve localizar o problema, explicar seu efeito sobre o argumento, apresentar a base da crítica e indicar o resultado esperado da revisão. O parecerista deve evitar prescrever uma única solução quando houver alternativas e não deve transformar correções gramaticais em copidesque integral (COPE, 2017).

Antes do envio, convém testar a proporcionalidade: as exigências são necessárias para o objetivo do texto, compatíveis com o gênero e realizáveis sem produzir outro estudo? Comentários confidenciais

não devem contradizer o parecer dirigido aos autores nem abrigar acusações sem base.

11. DISCUSSÃO

A principal implicação é distinguir universalidade ética de uniformidade metodológica. A ciência precisa de princípios comuns para reconhecer fraude, apropriação, contradição, opacidade e dano, mas não precisa organizar toda contribuição pelo mesmo desenho. Originalidade parcial não autoriza fragilidade: contribuição incremental precisa ser relevante, artigo tecnológico deve demonstrar funcionamento ou utilidade e uso de IA deve ser transparente, verificável e supervisionado. A avaliação deve julgar evidências e argumentos apresentados, não suspeitas estilísticas.

A matriz e o protocolo são referências analíticas, não instrumentos validados empiricamente. A seleção documental não é exaustiva e os exemplos atravessam campos distintos; estudos futuros podem testar a matriz, comparar a concordância entre avaliadores e examinar efeitos sobre decisões editoriais.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parecerista contemporâneo não precisa escolher entre rigor e inovação. Deve aplicar critérios adequados ao objeto, explicitar a lógica do julgamento e reconhecer os limites da própria expertise. Templates são instrumentos de organização, não teorias universais do conhecimento; artigos, ensaios, revisões, métodos, relatos, protocolos, tecnologias, códigos e perspectivas demonstram qualidade de maneiras diferentes. A originalidade pode estar em método, artefato, aplicação, interpretação, dados, combinação

conceitual ou resultado negativo, e a citação responsável deve tornar visível tanto a fonte quanto a voz autoral.

Em tecnologias emergentes, atualidade deve ser conciliada com confiabilidade; na inteligência artificial, o princípio central é a responsabilidade humana verificável, combinada à transparência proporcional, à autenticidade das referências e à confidencialidade.

No pós-Qualis, a atenção ao artigo individual pode favorecer justiça substantiva, mas não extingue métricas, prestígio ou estratégias de otimização. A resposta adequada combina indicadores com leitura qualitativa, diversidade de produtos e consciência dos incentivos. Formar e avaliar pareceristas é condição para que a avaliação acompanhe a ciência que pretende qualificar.

Nota de transparência sobre o uso de inteligência artificial. Na pesquisa preliminar e na preparação deste manuscrito, os autores utilizaram o Manus, ferramenta de inteligência artificial generativa, como apoio à pesquisa preliminar, à estruturação, à síntese e à redação e revisão de trechos. O Manus não substituiu o julgamento humano: os autores selecionaram os argumentos, avaliaram sua pertinência, conferiram as fontes e afirmações e decidiram o conteúdo da versão final. A ferramenta não produziu dados, análises, conclusões, citações ou pareceres. Não foram inseridos dados pessoais, manuscritos sob sigilo ou informações confidenciais. Os autores assumem responsabilidade integral pelo texto, autoria, integridade, citações, conflitos e submissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação — artigo em publicação periódica técnica e/ou científica — apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Fonte de consulta disponível em: https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/01_ABNT_NBR_6022-2018_Artigo-em-publicacao-periodica-tecnica-eou-cientifica-1.pdf. Acesso em: 5 set. 2026.

BISPO, Marcelo de Souza. Scientific articles' theoretical, practical, methodological, and didactic contributions. Revista de Administração Contemporânea, Maringá, v. 27, n. 1, e220256, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220256.en>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 47, p. 4, 11 mar. 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-2.664-de-6-de-marco-de-2026-691779232>. Acesso em: 5 set. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Documento referencial: diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu — ciclo 2025–2028. Brasília, DF: CAPES, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/2025-04-29-v3_documento_referencial-versao20260817.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 5 set. 2026.

CAMPOS, Luiz Augusto. Como redigir um parecer acadêmico? Parâmetros, tipos e dilemas éticos da avaliação por pares em periódicos nas Ciências Sociais. Revista de Sociologia e Política, v. 34, e010, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-98732434e010>.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). Authorship and AI tools. [S. l.]: COPE, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24318/cCVRZBms>.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). Ethical guidelines for peer reviewers. Version 2. [S. l.]: COPE, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24318/cope.2019.1.9>. Disponível em: <https://publicationethics.org/guidance/guideline/ethical-guidelines-peer-reviewers>. Acesso em: 5 set. 2026.

CRUZ, Roberto Moraes et al. A avaliação por pares em periódicos científicos. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Brasília, v. 22, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/rpot/2022.2.editorial>.

ELSEVIER. Generative AI policies for journals. Amsterdam: Elsevier, [s. d.]. Disponível em: <https://www.elsevier.com/about/policies-and-standards/generative-ai-policies-for-journals>. Acesso em: 5 set. 2026.

FRONTIERS. Article types overview. Lausanne: Frontiers Media, [s. d.]. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/for-authors/where-to-publish/article-types>. Acesso em: 5 set. 2026.

HADRA, Mohammad; CAMBRIDGE, Karleen; MESBAH, Mostefa. Evaluating the accuracy and reliability of AI content detectors in academic contexts. International Journal for Educational Integrity, London, v. 22, art. 4, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40979-026-00213-1>.

HARVARD COLLEGE WRITING PROGRAM. The exception: common knowledge. Cambridge, MA: Harvard University, [s. d.]. Disponível em: <https://usingsources.fas.harvard.edu/exception-common-knowledge>. Acesso em: 5 set. 2026.

LIANG, Weixin; YUKSEKGONUL, Mert; MAO, Yining; WU, Eric; ZOU, James. GPT detectors are biased against non-native English writers. *Patterns*, Cambridge, MA, v. 4, n. 7, 100779, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.patter.2023.100779>.

LIU, Ruoxi; XIN, Ping; CHEN, Ken. The construction of authorial voice in thesis writing: a multidimensional comparative perspective. *Humanities and Social Sciences Communications*, London, v. 12, art. 737, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-025-04880-2>.

MARABELLI, Marco; TUUNANEN, Tuure; DU, Wenyu Derek; NISHANT, Rohit. Literature reviews on emerging technologies: the role of grey literature. *The Journal of Strategic Information Systems*, [S. l.], v. 35, n. 3, 101984, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jsis.2026.101984>.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>.

MOTTA, Gustavo da Silva. What is a technological article? *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, v. 26, supl. 1, e220208, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220208.en>.

PACKER, Abel L. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 89, p. 26–61, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i89p26-61>.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. Pesquisar é preciso. Publicar não é preciso: história e controvérsias sobre a avaliação por pares. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 21, n. 3, p. 799–820, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300008>.

SAN FRANCISCO DECLARATION ON RESEARCH ASSESSMENT (DORA). Read the Declaration. [S. l.]: DORA, 2012. Disponível em: <https://sfdora.org/read/>. Acesso em: 5 set. 2026.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). Programa SciELO, Modelo SciELO de Publicação e Rede SciELO. Versão de 14 ago. 2023. São Paulo: SciELO, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/pt-br/sobre-o-scielo/programa-scielo-modelo-scielo-de-publicacao-e-rede-scielo/>. Acesso em: 5 set. 2026.

TRUEBLOOD, Jennifer S. et al. The misalignment of incentives in academic publishing and implications for journal reform. Proceedings of the National Academy of Sciences, Washington, DC, v. 122, n. 5, e2401231121, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.2401231121>.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). UNESCO Recommendation on Open Science. Paris: UNESCO, 2021, atual. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/open-science/about>. Acesso em: 5 set. 2026.

¹ Mestre em História Social. UFAM - Universidade Federal do Amazonas. Cidade Manaus - AM. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

